

DIREITO DIGITAL

BOLETIM DIGITAL



11ª EDIÇÃO

Notícias desta edição [➤](#)

ALMEIDA
ADVOGADOS

Este é o informativo preparado pela nossa área de Direito Digital com o objetivo de concentrar as principais notícias e mais relevantes discussões sobre os temas do mundo digital ocorridos no mês de março. Boa leitura!



SENADO CRIA FRENTE PARLAMENTAR PARA APERFEIÇOAR LEGISLAÇÃO DIGITAL

O Senado Federal instalou, em março, a Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e Defesa Cibernética. A iniciativa, originada na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), visa propor medidas legislativas para fortalecer a proteção de dados e a segurança digital no Brasil. Foram estabelecidas como ações prioritárias a criação de uma agência reguladora para coordenar respostas a ataques cibernéticos e o desenvolvimento de um marco legal atualizado para questões relacionadas à proteção de dados.

APÓS ERRO JUDICIAL, CNJ ESTUDA INTEGRAR DADOS BIOMÉTRICOS EM MANDADOS DE PRISÃO

Em março de 2025, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou estudos para integrar dados biométricos ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), visando aprimorar a identificação de indivíduos e evitar prisões equivocadas. A iniciativa foi motivada pelo caso de uma pessoa presa indevidamente em Petrópolis (RJ) após ser confundida com outra pessoa de nome semelhante, devido a inconsistências nos registros judiciais. A proposta prevê a utilização de informações biométricas - como fotos, impressões digitais e assinaturas já coletadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - para garantir maior precisão na execução de mandados de prisão.

TJSP AUTORIZA CONSULTA A DADOS DE APPS PARA LOCALIZAR DEVEDOR

A 17ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo autorizou que uma instituição de ensino consulte dados de plataformas digitais para localizar um devedor de mensalidades escolares em atraso desde 2014. A decisão reformou entendimento de primeira instância que havia negado o pedido, argumentando que as pesquisas deveriam ser realizadas apenas pelos sistemas convencionais disponíveis ao Judiciário. O desembargador do caso destacou que, na realidade tecnológica atual, é comum que indivíduos utilizem serviços online, tornando viável a obtenção de informações por meio dessas plataformas. O acórdão gera novo precedente em relação à quebra de sigilo telemático entre plataformas digitais e seus usuários.

CIBERSEGURANÇA: APTS REPRESENTAM 43% DOS INCIDENTES GRAVES EM EMPRESAS NO ANO DE 2024

O relatório anual da Kaspersky revelou que, em 2024, 25% das empresas globais foram afetadas por Ameaças Persistentes Avançadas (APTs), representando um aumento de 74% em relação a 2023. As APTs corresponderam a mais de 43% dos incidentes de alta gravidade detectados, afetando diversos setores, exceto o de telecomunicações. Esse tipo de ameaça consiste em ataques com técnicas de invasão contínua, muitas vezes feito por grupos especializados.

NIST PUBLICA DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DA PRIVACIDADE DIFERENCIAL

Em março de 2025, o Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia dos EUA (NIST) divulgou diretrizes finais para a avaliação da privacidade diferencial, apresentadas na Publicação Especial 800-226. Esse método protege a privacidade ao permitir a análise de dados com a adição de ruído estatístico, evitando a exposição de informações individuais. As novas diretrizes oferecem orientações práticas para a implementação dessa técnica, ajudando organizações a compreender seus desafios e aplicá-la de maneira eficaz.

RADAR REGULATÓRIO

ANPD SELECIONA CONSULTORIA EM SANDBOX REGULATÓRIO DE IA

O resultado da seleção para o projeto de sandbox regulatório em Inteligência Artificial foi divulgado pela ANPD, que homologou a seleção da Universidade de São Paulo (USP) como consultora para o projeto. O sandbox regulatório é um ambiente controlado que permite a experimentação de inovações tecnológicas sob supervisão regulatória, visando equilibrar o avanço tecnológico com a proteção de dados pessoais.

ANPD RECUSA AVALIAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS SOLICITADA PELO MINISTÉRIO DA CULTURA

A ANPD negou o pedido do Ministério da Cultura (MinC) para avaliar a adequação da proteção de dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O MinC firmou um memorando de entendimento com a OMPI para utilizar uma plataforma online em casos de arbitragem de direitos autorais, que envolve o tratamento de dados pessoais. A ANPD justificou a negativa pela complexidade da análise requerida e pela limitação de recursos, destacando que a ausência dessa avaliação não impede a transferência internacional de dados, desde que sejam observados os mecanismos previstos no Art. 33 da LGPD.

ANPD PARTICIPA DE ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS

Nos dias 19 e 20 de março de 2025, a ANPD participou da 63ª Reunião do Bureau da Convenção 108 do Conselho da Europa, realizada em Paris. A Convenção 108, estabelecida em 1981 pelo Conselho da Europa, foi o primeiro tratado internacional juridicamente vinculativo dedicado à proteção de dados pessoais. Reconhecendo a necessidade de atualizar suas disposições frente aos avanços tecnológicos e desafios contemporâneos, a convenção foi modernizada em 2018, resultando na Convenção 108+. O encontro reuniu autoridades internacionais para discutir avanços na proteção de dados e a modernização da Convenção 108+, que busca fortalecer a cooperação global no tema.

RADAR LEGISLATIVO

PL 1.195/2025

Altera a medida provisória 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, para normatizar o uso da ferramenta blockchain.

PL 1.199/2025

Altera a Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a responsabilidade de provedores de aplicações de internet em casos de monetização e impulsionamento de conteúdos que incitem crimes contra o Estado Democrático de Direito.

PL 1.212/2025

Dispõe sobre as restrições ao uso de propagandas de jogos eletrônicos apostas online em todo território nacional.

PL 1.050/2025

Altera a Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a exigência de autenticação biométrica facial ou de registro fotográfico facial como único método para identificação e assinatura na celebração de contratos de consumo.

PL 1.070/2025

Dispõe sobre a destinação de recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente para atender políticas públicas de combate à dependência digital e os transtornos dela decorrentes em crianças e adolescentes.

PL 1.012/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de reconhecimento facial em terminais rodoviários interestaduais para reforço da segurança pública e combate ao crime organizado.

PL 790/2025

Dispõe sobre o combate a disseminação de notícias falsas (fake news) nas plataformas digitais e veículos de comunicação, garantindo que os responsáveis pela propagação inverídica sejam penalizados, através da garantia ao direito de resposta dos ofendidos de forma automática, sem precisarem recorrer ao judiciário, no caso, inclusive, por conteúdos divulgados de forma anônima, sendo responsabilizadas as plataformas de comunicação, em complemento ao PL 2630/2020.

AA nas redes sociais

Siga nosso perfil para **receber atualizações exclusivas** e conteúdo jurídico especializado em Direito Digital!



Márcio Chaves
Sócio

mmchaves@almeidalaw.com.br

+55 (11) 2714 6900 | 9828



Mariza Azzi
Estagiária

mrazzi@almeidalaw.com.br

+55 (11) 2714 6900